

# BJIR

Brazilian Journal of  
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 3 | edição nº 3 | 2014

*Não Abandone o Escuro: A  
Construção de Confiança e os  
Regimes de Não-Proliferação de  
Armas de Destruição em Massa*

Diego Santos Vieira de Jesus

 **Igepri**  
Instituto de Gestão Pública e  
Relações Internacionais

 **unesp**  
Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),  
EBSCO Publishing e Latindex

## NÃO ABANDONE NO ESCURO: A CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA E OS REGIMES DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

Diego Santos Vieira de Jesus<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é investigar como os regimes de não-proliferação de armas de destruição em massa influenciam a construção de confiança entre grandes potências e Estados acusados de não seguirem ou violarem compromissos incorporados em tais regimes ou que os abandonaram na contemporaneidade. O argumento central aponta que a confiança construída entre tais atores é menor quando 1) não se oferece aos atores acusados de violar regras estabelecidas a habilidade de formular e implementar decisões sobre resultados antes controlados por outros, em especial relacionadas à preservação de direitos soberanos e inalienáveis dos Estados; 2) não se busca criar sistemas de supervisão depois da implementação das decisões e do conhecimento sobre suas consequências, os quais sejam menos custosos para que os Estados os implementem; 3) se definem modos de interação menos flexíveis que criem orientações excessivamente específicas sobre o comportamento a ser adotado.

**Palavras-chave:** confiança; regimes internacionais; armas de destruição em massa; não-proliferação.

## DON'T LEAVE IN THE DARKNESS: THE BUILDING OF TRUST AND WMD NONPROLIFERATION REGIMES

**Abstract:** The aim of this paper is to investigate how the regimes of non - proliferation of weapons of mass destruction influence the building of trust between major powers and states accused of not following or violating commitments incorporated in such regimes or abandoned them in the contemporary world. The central argument shows that the trust between these actors is lower when 1 ) regimes fail to offer actors accused of violating established rules the ability to formulate and implement decisions on results previously controlled by others, in particular related to the preservation of sovereign and inalienable rights of states; 2) regimes do not create systems of supervision after the implementation of decisions and the knowledge of its consequences, which are less costly for states to implement them, 3) less flexible modes of interaction are created and very specific guidelines for the behavior are adopted.

**Keywords:** trust; international regimes; weapons of mass destruction; nonproliferation

---

<sup>1</sup> Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio) e da Graduação em Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-RJ). [dsvj@puc-rio.br](mailto:dsvj@puc-rio.br) ; [dvieira@espm.br](mailto:dvieira@espm.br)

“Confia em ninguém nesta vida,  
porque até mesmo tua própria sombra te abandona no escuro”.

O objetivo deste artigo é investigar como os regimes de não-proliferação de armas de destruição em massa influenciam a construção de confiança entre grandes potências<sup>2</sup> e Estados acusados de não seguirem ou violarem compromissos incorporados em tais regimes ou que os abandonaram na contemporaneidade. O argumento central aponta que a confiança construída entre tais atores é menor quando 1) não se oferece a atores acusados de violar regras estabelecidas a habilidade de formular e implementar decisões sobre resultados antes controlados por outros, em especial relacionadas à preservação de direitos soberanos e inalienáveis dos Estados; 2) não se busca criar sistemas de supervisão depois da implementação das decisões e do conhecimento sobre suas consequências, os quais sejam menos custosos para que os Estados os implementem; 3) se definem modos de interação menos flexíveis que criem orientações excessivamente específicas sobre o comportamento a ser adotado.

Para sustentar tal argumento, levarei em conta exemplos do relacionamento de grandes potências com três categorias de Estados: Estados que participam de regimes, mas são acusados de violá-los; Estados que se retiram de regimes e Estados que aderem aos regimes após pressões internacionais por não terem seguido compromissos incorporados em tais regimes. Como exemplo da primeira categoria, explorarei o caso do Irã, membro do regime de não-proliferação de armas nucleares, mas constantemente acusado de violá-lo pelo status controverso de seu programa nuclear. Argumento que as propostas para se construir confiança nesse caso apontaram gradativamente para 1) um maior uso de monitoramento menos ativo e direto e 2) uma maior conjunção de regras que especificam os procedimentos e os direitos básicos com outras regras mais específicas, que estipulam quando comportamentos particulares deveriam ser adotados ou evitados. Buscou-se, assim, maior flexibilidade conducente à maior confiança na relação entre o Irã e as grandes potências. Entretanto, a menor habilidade de se garantir um resultado que preservasse o direito soberano e inalienável do Irã aos usos pacíficos da energia nuclear trouxe obstáculos à construção de confiança entre tal Estado e as grandes potências.

---

<sup>2</sup> Neste artigo, utilizo a expressão “grande potência” em referência a um Estado capaz de projetar interesses e ações político-militares e econômicos em nível mundial – não apenas em nível bilateral ou regional –, afetando os cálculos estratégicos de outros atores no sistema internacional.

Para os Estados que se retiram dos regimes, considerarei o caso da Coreia do Norte, que optou por denunciar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e realizou testes nucleares desde meados da década de 2000. Sustento que a aprovação de sanções cada vez mais rigorosas e específicas diante dos testes nucleares norte-coreanos e as pressões excessivas para que o Estado volte a cumprir os compromissos relacionados à não-proliferação nuclear de forma precisa dificultam o processo de construção de confiança. Ademais, as medidas adotadas nas negociações com a Coreia do Norte não ofereceram a esse Estado considerável escolha sobre resultados antes controlados pelas grandes potências nem demonstraram que as lideranças de grandes potências acreditavam que as contrapartes norte-coreanas eram confiáveis. As grandes potências buscavam mecanismos mais centralizados, ativos e diretos de supervisão e procuravam desenvolver mais regras reguladoras que criassem orientações específicas sobre o comportamento norte-coreano. Tem-se, assim, menor flexibilidade das medidas, o que permite dizer que a confiança entre a Coreia do Norte e as grandes potências ainda é reduzida.

Como exemplo de um Estado que aderiu a um regime após pressões internacionais por não ter seguido compromissos incorporados em tal regime, trabalharei com a Síria, que aderiu à Convenção para a Proibição de Armas Químicas e sua Destruição (CWC na sigla em inglês) após acusações de posse e de uso de armas químicas no contexto da guerra civil síria em 2013. Defendo que a situação da Síria é um exemplo de um processo de mudança em curso no que diz respeito aos níveis de confiança de uma relação, no caso entre o governo sírio e grandes potências como os EUA e a Rússia. A pressão internacional para que a Síria aderisse à CWC sinalizava a confiança limitada na relação com tal Estado, uma vez que a natureza mais proativa da supervisão trazida pela Convenção carrega um maior potencial de limitar a escolha dos atores. Num momento em que a Síria aderiu à CWC e vem cumprindo suas obrigações perante a Convenção, abre-se hoje o espaço para novas decisões e ações que ofereçam a ela maior controle e oportunidade de voz sobre as questões relacionadas às armas químicas, o gradativo desenvolvimento de mecanismos de supervisão menos intrusivos e o desenvolvimento de regras mais flexíveis que permitam ampliar a confiança no relacionamento sírio com as grandes potências.

Na próxima seção, apresentarei o conceito de confiança na área de Relações Internacionais. A seguir, as especificidades de cada regime serão analisadas, uma vez que os níveis de obrigatoriedade e de precisão dos elementos que os compõem são variáveis e influenciam diretamente a confiança construída entre os atores. Antes das considerações

finais, os casos do relacionamento do Irã, da Coreia do Norte e da Síria com as grandes potências mencionados acima serão respectivamente desenvolvidos.

### **O conceito de confiança em Relações Internacionais**

A confiança refere-se a uma atitude que envolve a determinação de se colocar o destino dos interesses de alguém sob o controle de outros<sup>3</sup>. Tal determinação é baseada na crença de que os últimos evitarão prejudicar os interesses desse alguém. As relações de confiança são manifestações de comportamento que se desenvolvem quando atores conferem aos outros a habilidade de tomar decisões sobre seus interesses baseados na crença de que tais interesses não serão prejudicados. Nas relações interestatais, as relações de confiança se desenvolvem quando líderes estipulam políticas que delegam o controle sobre os interesses de seus Estados baseados na crença de que suas contrapartes sejam confiáveis. Entretanto, a atitude de confiança não é uma causa suficiente das relações de confiança. Ademais, a intensidade e o escopo das relações de confiança podem variar. A intensidade se refere à força da percepção de um ator com relação à confiabilidade dos outros. O escopo é um ponto disputado. Pode-se argumentar que a confiança nunca é incondicional. Por outro lado, pode-se sugerir que a confiança entre partes seja geral, cobrindo a totalidade de suas interações uns com os outros. A confiança nos outros também implica a realização de previsões sobre ações futuras desses outros. A incerteza sobre o destino de seus interesses introduz cálculos de risco no processo de formulação de decisão. Os atores analisam os riscos de confiar seus interesses a outros usando estimativas subjetivas da probabilidade de que sua confiança seja honrada, as quais estão sujeitas a erros de cálculo, percepções equivocadas e manipulações que exacerbem os perigos associados à delegação de controle sobre os interesses uns dos outros. Tais perigos podem ser aliviados pela melhoria da quantidade e da qualidade de informação que os atores têm sobre os outros (HOFFMAN, 2002, p.376-379).

É possível definir confiança como “confiança nas expectativas” ou como “confiança nas expectativas de que os outros farão o que é certo”. De acordo com a primeira perspectiva – a perspectiva preditiva –, A confia em B quando A prevê que B pelo menos não vá prejudicá-lo numa circunstância em que os interesses de A dependam do

---

<sup>3</sup> Para um maior debate sobre o conceito de confiança, ver as obras de Booth & Wheeler (2008) e Ruzicka & Wheeler (2010).

comportamento de B. Nessa perspectiva, confiar os interesses próprios a um outro ator é equivalente a uma aposta. James S. Coleman (1990, p.99) coloca que os elementos que confrontam aquele que confiará são nada mais do que as considerações de um ator racional ao decidir em que apostar, circunstância na qual sabe o quanto pode perder, o quanto pode ser ganho e as chances de vitória. Já os proponentes da segunda definição – a perspectiva fiduciária – combinam o conceito de obrigação com a ideia de que confiança envolve risco. A confiança envolve mais do que a previsão do comportamento dos outros. Como colocam David Messick e Roderick Kramer (2001), ela inclui a percepção de quem confia de que aqueles em quem confiam têm a responsabilidade de satisfazer a confiança colocada neles, mesmo se isso significar o sacrifício de alguns de seus benefícios.

Aaron Hoffman (2002, p.380-384) argumenta que ambas as definições acima são incapazes de distinguir situações que envolvem confiança daquelas que são melhor descritas como as que envolvem suspeita, insegurança ou medo. As perspectivas preditivas requerem dados adicionais para distinguir a confiança de outros fatores que motivam atores a assumir riscos, como a coerção. O problema para tais definições é que a confiança e as relações de confiança são subconjuntos de comportamentos de risco – a confiança implica risco, mas assumir o risco não necessariamente implica confiança. Já as perspectivas fiduciárias sugerem que o conceito de obrigação distingue a confiança de uma categoria mais ampla de risco. Quando os atores colocam sua confiança nos outros, eles o fazem na crença de que esses outros sejam obrigados a satisfazer sua confiança. Evidentemente, as expectativas de quem confia não vinculam automaticamente aqueles em quem confiam a um curso específico de ação. Os atores podem não perceber que está sendo confiado a eles algo de valor, não se importar em ter um papel confiável ou deliberadamente tirar vantagem da oportunidade para ganho à custa de quem confiou neles. Uma objeção à perspectiva fiduciária seria o fato de que o conceito de obrigação pudesse entrar em conflito com a noção de autointeresse dos atores. Porém, é possível conceber que atores autointeressados reconheçam que a obediência a regras e normas satisfaz seus interesses de longo prazo. Parece difícil sustentar que as relações de confiança e a transferência de controle sobre os interesses próprios por razões autointeressadas sejam incompatíveis. Nesse sentido, as definições fiduciárias diferenciam-se das preditivas por não sacrificarem as suposições sobre os fatores que motivam o comportamento dos Estados.

Adotando-se uma definição fiduciária de confiança, podem-se aplicar três indicadores de confiança: a conexão das percepções dos líderes às suas escolhas políticas, a

informação sobre os mecanismos que os Estados usam para monitoramento a fim de evitar a trapaça e a restritividade das regras usadas para estruturar a cooperação. O primeiro sugere que mensurar as relações de confiança envolve identificar políticas que ofereçam a outros Estados a escolha sobre resultados antes controlados por outros e demonstrar que os líderes responsáveis por implementar tais políticas o fizeram em parte porque acreditam que suas contrapartes sejam confiáveis. As políticas que garantem escolha não incluem aquelas que simplesmente reconhecem a autoridade dos Estados de tomar decisões. Elas também são aquelas que oferecem aos atores controle sobre resultados antes controlados por outros, sendo que controle é definido como a habilidade de formular e implementar decisões. Uma vez que tais políticas sejam identificadas, o passo seguinte é revelar os motivos que levaram a tais decisões políticas. Para captar a intensidade da confiança, pode-se examinar a frequência com que os formuladores de decisão se referem à confiança como motivação para suas escolhas políticas (HOFFMAN, 2002, p.385-388).

A segunda se concentra nos mecanismos utilizados pelos Estados para supervisionar o exercício de sua escolha. Em geral, tais mecanismos são estruturados em duas formas: antes da implementação da decisão ou depois da implementação da decisão e do conhecimento sobre suas consequências (HOFFMAN, 2002, p.388). Como apontam Mathew McCubbins e Thomas Schwartz (1984, p.166), a supervisão antes do fato tende a ser mais centralizada, ativa e direta e em geral envolve o exame das atividades do ator por meio do monitoramento com o objetivo de impedir certos resultados. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) usa tais mecanismos para impedir esforços de Estados não-nuclearmente armados de desenvolver armas nucleares. A supervisão depois do fato requer menos centralização e envolve menos intervenção ativa e direta, além de, em geral, requerer que terceiras partes afetadas reportem as consequências das decisões a quem monitora e busca formas de aplicar sanções àqueles que assumam comportamentos indesejáveis. Hoffman (2002, p.388-390) argumenta que a supervisão depois do fato em geral é menos custosa para que os Estados a implementem e mais efetiva na descoberta de abusos, ao passo que a supervisão antes do fato encontra restrições práticas sobre o número de decisões que possa monitorar. Porém, atores preocupados com a forma como suas contrapartes exercerão a escolha podem preferir métodos de supervisão antes do fato, uma vez que, quando funciona, a supervisão antes do fato nega a atores oportunidades de exercer sua liberdade de ação da forma em que julguem adequado. Pode-se questionar se o uso de mecanismos de supervisão indica relações de confiança. Se os atores confiassem

nos outros, eles não precisariam monitorar os comportamentos de seus parceiros. O impulso para usar mecanismos de supervisão poderia sugerir que os atores suspeitem dos motivos dos outros e sejam sensíveis aos custos de oportunismo. Entretanto, a maior parte dos acordos contém pelo menos o potencial para supervisão e aplicação de sanções ao comportamento de atores, e a supervisão inclui tanto métodos sistemáticos como não-sistemáticos de descobrir violações. A questão, assim, não é se os Estados monitoram os comportamentos dos outros, mas que tipo de supervisão empregam. A natureza mais proativa da supervisão antes do fato carrega um maior potencial de limitar a escolha dos atores do que a supervisão depois do fato. Partindo do princípio de que há mais confiança onde há mais escolha, a supervisão depois do fato é mais compatível com as relações de confiança que a supervisão antes do fato, *ceteris paribus*. Logo, as mudanças de uma supervisão antes do fato para uma depois do fato pode indicar a mudança nos níveis de confiança numa relação.

O terceiro indicador de confiança refere-se aos tipos de regras que os atores empregam em acordos. Diferentes tipos de regras oferecem aos atores graus variados de liberdade na formulação da decisão. Regras que oferecem aos atores mais flexibilidade indicam relações de confiança. Eles podem optar por dois tipos de acordos: os acordos orientados pelo enquadramento e os acordos orientados por estatutos. Os primeiros são dominados por regras constitutivas que especificam a estrutura, as formas institucionais, os procedimentos e os direitos básicos. As regras constitutivas criam e definem o comportamento legítimo entre as partes. Já os segundos são dominados por códigos específicos que regulam o comportamento dos atores sob circunstâncias específicas. Com respeito às escolhas, acordos orientados pelo enquadramento oferecem aos atores mais opções que acordos orientados por estatutos porque as regras de que dependem definem modos de interação sem especificar quando esses modos devem ser empregados e para quais fins. Já as regras reguladoras criam orientações específicas sobre o comportamento, determinando não apenas como os atores devem se comportar, mas também quando comportamentos particulares deveriam ser adotados ou evitados. Com base na suposição de que, onde há mais escolha, há mais confiança, os acordos orientados pelo enquadramento são mais compatíveis com relações de confiança do que os acordos orientados por estatutos. Muitos acordos contêm tanto regras constitutivas como reguladoras, e, nesse caso, a classificação do acordo baseia-se naquelas predominantes ou naquelas presentes nas provisões principais (HOFFMAN, 2002, p.391-393). A melhor



forma de usar as três medidas é uma conjunção entre elas. Quando essas medidas divergem, uma ênfase maior deve ser colocada na primeira, uma vez que ela é mais sensível do que as outras duas. Quando a primeira medida não estiver disponível, a segunda e a terceira podem ser usadas.

### **Os principais regimes de não-proliferação de armas de destruição em massa**

Os regimes internacionais podem ser definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma dada área temática (KRASNER, 1982). O mapeamento dos principais regimes de não-proliferação de armas de destruição em massa faz-se necessário para os propósitos deste artigo, uma vez que, apresentadas as principais regras, normas e procedimentos que os compõem, será possível identificar nas próximas seções como se articulou o processo de construção de confiança nos casos do Irã, da Coreia do Norte e da Síria com relação à conexão das percepções dos líderes às suas escolhas políticas, à informação sobre os mecanismos usados para monitoramento a fim de evitar a trapaça e às restrições inseridas na estruturação da cooperação.

No que diz respeito ao regime de não-proliferação de armas nucleares, um de seus pilares é o TNP, que entrou em vigor em março de 1970. Os Estados que são partes do tratado são classificados em duas categorias: os Estados nuclearmente armados – EUA, Rússia, China, França e Reino Unido – e os Estados não-nuclearmente armados. Sob o tratado, os cinco Estados nuclearmente armados se comprometem a buscar o desarmamento geral e completo, enquanto os Estados não-nuclearmente armados concordam em não desenvolver ou adquirir armas nucleares. O TNP tem a maior adesão entre todos os acordos relacionados a controle de armas. Para verificar os compromissos estabelecidos pelo TNP e garantir que materiais nucleares não sejam desviados para propósitos relacionados às armas nucleares, a AIEA tem a tarefa de realizar inspeções de instalações nucleares de Estados não-nuclearmente armados. Além disso, o tratado também estabelece salvaguardas para a transferência de materiais fissionáveis entre Estados nuclearmente e não-nuclearmente armados; reconhece o direito inalienável de Estados não-nuclearmente armados de pesquisar, desenvolver e usar a energia nuclear para fins pacíficos e, identificando a necessidade de passos intermediários no processo de desarmamento nuclear, autoriza o estabelecimento de zonas regionais livres de armas

nucleares. As Conferências de Exame do TNP, apoiadas pelas sessões de suas Comissões Preparatórias, buscam analisar como as partes do tratado estão honrando seus compromissos. Dentre as funções do processo de exame do tratado, cabe destacar a oferta de uma arena para a articulação de políticas nacionais e de um fórum para debate, bem como de uma oportunidade para reconciliar diferenças políticas. Essas funções garantem que o tratado se mantenha relevante em face das transformações mundiais ao longo do tempo (KIMBALL, 2005).

A AIEA iniciou um esforço em 1993 para limitar ainda mais a habilidade de membros do TNP de buscar ilicitamente armas nucleares depois que os programas secretos de armas nucleares do Iraque e da Coreia do Norte expuseram as fraquezas das salvaguardas existentes. Tal esforço acabou por produzir um Protocolo Adicional voluntário, destinado a fortalecer e expandir as salvaguardas da AIEA existentes para verificar se os Estados partes do TNP usam materiais e instalações nucleares estritamente para fins pacíficos. O Iraque, um Estado parte do TNP, conseguiu circunscrever as salvaguardas da AIEA ao explorar o sistema da agência, que confina as atividades de inspeção e monitoramento às instalações ou materiais explicitamente declarados por cada Estado (KIMBALL & DAVENPORT, 2013).

Para cobrir a lacuna das “instalações não-declaradas”, a AIEA iniciou um plano de melhoria das salvaguardas. A agência adotou um modelo de Protocolo Adicional em 1997. A essência do Protocolo Adicional é redefinir o regime de salvaguardas da AIEA de um sistema quantitativo focado na contabilidade de quantidades conhecidas de materiais e no monitoramento de atividades declaradas para um sistema qualitativo destinado a definir uma imagem abrangente das atividades nucleares de um Estado e outras atividades relacionadas, inclusive todas as importações e exportações relacionadas à área nuclear. O Protocolo Adicional também ampliou substancialmente a habilidade da AIEA de verificar instalações nucleares clandestinas ao oferecer à agência a autoridade para visitar qualquer instalação, declarada ou não, a fim de investigar questões sobre as declarações dos Estados e possíveis inconsistências. Os Estados partes não são obrigados a adotar o Protocolo Adicional, mas a AIEA solicita que todos façam isso. Dentre as principais mudanças trazidas pelo Protocolo Adicional, cabe sinalizar a ampliação da quantidade e dos tipos de informação que os Estados devem oferecer à AIEA, inclusive sobre atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas ao ciclo de combustível nuclear que não envolvam materiais nucleares e a locação, o status operacional e a produção anual estimada de minas

de urânio. Ademais, o número e os tipos de instalações que a AIEA pode inspecionar e monitorar é substancialmente ampliado. Os Estados garantem o acesso da AIEA a todas as suas instalações declaradas e não-declaradas a fim de garantir a ausência de materiais e atividades nucleares não-declarados (KIMBALL & DAVENPORT, 2013).

Já o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT na sigla em inglês) proibia qualquer explosão para testes de armas nucleares ou qualquer outra explosão nuclear em qualquer lugar do mundo. O tratado foi aberto para assinatura em 1996, mas ele não pode entrar em vigor até que seja ratificado por 44 Estados específicos, oito dos quais ainda não o tendo feito: China, Índia, Paquistão, Coreia do Norte, Israel, Irã, Egito e EUA. O Senado norte-americano votou contra a ratificação do CTBT em 1999, e, em 2009, o presidente dos EUA Barack Obama anunciou a intenção de buscar a reconsideração do tratado pelo Senado, embora não tivesse estabelecido um limite de tempo claro para tal esforço. A fim de verificar o compromisso com suas provisões, o tratado estabelece uma rede global de instalações de monitoramento e permite a realização de inspeções locais de eventos suspeitos. O preâmbulo do tratado reconhece que o CTBT constituiria uma medida efetiva de desarmamento e de não-proliferação nucleares ao limitar o desenvolvimento e a melhoria qualitativa de armas nucleares e colocar um fim ao desenvolvimento de novos tipos avançados de armas nucleares. O tratado também prevê a criação da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBTO na sigla em inglês) – que seria independente da AIEA, mas trabalharia em colaboração com ela – com o objetivo de garantir a implementação do tratado e oferecer aos Estados partes um fórum para consulta e cooperação. A Comissão Preparatória para a CTBTO foi criada em 1996 como uma organização provisória destinada a construir o regime de verificação do CTBT na preparação para a entrada do tratado em vigor e a promoção da sua universalidade. O regime de verificação consiste de quatro elementos básicos: o Sistema de Monitoramento Internacional, consultas e esclarecimentos, inspeções locais e medidas de construção de confiança. O regime não estará completamente operacional até que o tratado entre em vigor. Por conta disso, as inspeções locais não podem ser autorizadas até que o tratado formalmente entre em vigor. A fim de garantir o cumprimento das provisões do tratado, os direitos de um Estado parte podem ser revogados, além de que podem ser recomendadas medidas punitivas como sanções e a condução do caso para as Nações Unidas (KIMBALL & COLLINA, 2012).

O Tratado de Proibição de Produção de Materiais Físseis (FMCT na sigla em inglês) é um acordo internacional proposto com o objetivo de proibir a produção de dois componentes fundamentais das armas nucleares: o urânio de alto enriquecimento e o plutônio. As discussões sobre esse tema estão sendo conduzidas na Conferência do Desarmamento, um corpo de 65 Estados membros estabelecido como o único fórum multilateral de negociação sobre desarmamento. A Conferência requer consenso para que a ação ocorra. Por conta disso, as negociações para um FMCT não ocorreram, embora discussões preliminares estejam em curso. Os Estados não-nuclearmente armados partes do TNP já são proibidos de produzir ou adquirir materiais físséis para armas. O FMCT traria novas restrições para os cinco Estados nuclearmente armados partes do TNP e quatro Estados que não são membros do TNP: Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte. Em 1993, a Resolução 78/57 L das Nações Unidas foi aprovada unanimemente e falava sobre a necessidade de um tratado não-discriminatório, multilateral e verificável efetiva e internacionalmente que proibiria a produção de materiais físséis para armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares. Em 1995, a Conferência do Desarmamento adotou um mandato apresentado pelo embaixador canadense Gerald Shannon. O Mandato Shannon estabeleceu um comitê ad hoc destinado a negociar o FMCT. A falta de consenso sobre as provisões de verificação e os desejos de se realizarem negociações paralelas sobre questões relacionadas ao controle de armas no espaço exterior impediram que as negociações seguissem em frente. A China e a Rússia continuaram a apontar o desejo de negociações paralelas sobre a prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior, um ponto que acabou travando os esforços para o início das negociações de um FMCT. A administração de George W. Bush submeteu uma proposta para um FMCT na Conferência do Desarmamento em 2006 apontando para uma proibição de 15 anos sobre a produção de urânio de alto enriquecimento e plutônio, mas não incluía quaisquer medidas de verificação e seria aplicado somente aos cinco Estados nuclearmente armados partes do TNP. O apoio da administração Obama a um FMCT ficou claro em 2009, quando o presidente também acabou com a oposição manifesta pela administração anterior à verificação no FMCT. O avanço das negociações depende da remoção do voto contrário por parte do Paquistão e do consenso para o prosseguimento das conversações. O Paquistão mostrou-se preocupado com a possibilidade de que um FMCT o colocasse numa posição de desvantagem em relação às reservas nucleares superiores da Índia. Consequentemente, o Paquistão desejaria que um FMCT incluísse as reservas atuais de

materiais físséis em vez de somente cobrir a produção futura, uma posição também assumida por diversos outros Estados (KIMBALL & COLLINA, 2013).

Reconhecendo que materiais e tecnologias usadas em programas nucleares pacíficos poderiam ser usadas para desenvolver armas, muitos Estados supridores nucleares que eram membros do TNP buscaram determinar quais materiais e equipamentos específicos poderiam ser partilhados com Estados não-nuclearmente armados e sob quais condições. Esses Estados supridores formaram a Comissão Zangger em 1971 para requerer que os Estados fora do TNP instituíssem salvaguardas da AIEA antes de se permitirem importações de certos itens que poderiam ser diretamente usados na fabricação de armas nucleares. A explosão de um artefato nuclear pela Índia em 1974 reafirmou o fato de que os materiais e as tecnologias nucleares adquiridos para fins pacíficos poderiam ser desviados para a fabricação de armas. Em resposta à ação da Índia, muitos membros da Comissão Zangger se juntaram à França – que não era um membro do TNP na ocasião – para estabelecer o Grupo de Supridores Nucleares a fim de regular as exportações nucleares. O Grupo de Supridores Nucleares foi estabelecido em 1975 por Estados que voluntariamente concordaram em coordenar seus controles de exportação acerca das transferências de material nuclear civil e equipamentos e tecnologias relacionadas à área nuclear para Estados não-nuclearmente armados. O grupo pretende impedir que as exportações nucleares para fins pacíficos e comerciais sejam usadas na fabricação de armas nucleares. Os membros devem renunciar ao comércio nuclear com governos que não se submetam às medidas e inspeções internacionais destinadas a oferecer a confiança de que suas importações nucleares não sejam usadas para o desenvolvimento de armas nucleares. O grupo tem dois conjuntos de diretrizes listando materiais, equipamentos e tecnologias nucleares específicos que são sujeitos aos controles de exportação. As diretrizes do grupo foram criadas em resposta a eventos significativos relacionados à proliferação que destacaram limitações dos sistemas de controle de exportação existentes. A primeira parte lista materiais e tecnologias destinados especificamente ao uso nuclear, incluindo materiais físséis, reatores e equipamentos nucleares e equipamentos de reprocessamento e enriquecimento. Divulgada em 1978, a primeira parte respondeu ao desvio de importações nucleares para fins supostamente pacíficos pela Índia a fim de conduzir uma explosão nuclear em 1974. A segunda parte identifica bens de uso dual, que são itens não-nucleares com aplicações civis legítimas que podem também ser usadas para desenvolver armas. A segunda parte foi adotada em 1992 após a descoberta de que o Iraque estava perto de

realizar ambições de desenvolver armas nucleares ao empregar ilicitamente importações de uso dual num programa secreto de armas nucleares antes da Guerra do Golfo Pérsico de 1991. No encontro de 2004, o grupo adotou um mecanismo que autoriza os membros a proibir qualquer exportação suspeita de estar destinada a um programa de armas nucleares, mesmo se tal exportação não aparecer em uma das listas. Como o regime é voluntário, os membros do Grupo de Supridores Nucleares podem fazer um cálculo político para realizarem uma transferência que viole as orientações (KIMBALL & DAVENPORT, 2012a).

A CWC é um acordo multilateral que proíbe o desenvolvimento, a produção, a aquisição, o armazenamento ou a retenção de armas químicas; a transferência direta ou indireta de armas químicas; o uso de armas químicas ou a preparação militar para seu uso e a assistência, o encorajamento ou a indução de Estados a se engajarem em atividades proibidas pela Convenção. Tal Convenção está em vigor por prazo indeterminado e é mais abrangente que o Protocolo de Genebra de 1925, o qual proibia o uso, mas não a posse de armas químicas. A Convenção requer que os Estados partes destruam todas as armas químicas e as instalações voltadas para a produção de tais armas sob sua jurisdição ou controle, bem como as armas químicas abandonadas nos territórios de outros Estados. As negociações da Convenção começaram em 1980 na Conferência do Desarmamento das Nações Unidas, e sua assinatura foi aberta em 1993, tendo entrado em vigor em 1997. A CWC é implementada pela Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), que recebe declarações dos Estados partes detalhando as atividades e os materiais relacionados às armas químicas e atividades industriais relevantes. Depois de receber tais declarações, a OPAQ inspeciona e monitora as instalações e as atividades dos Estados partes que sejam relevantes para a Convenção a fim de garantir seu cumprimento. A Convenção encoraja o comércio entre os Estados partes, apontando que eles não mantenham restrições que limitem o comércio de itens químicos que sejam usados para fins pacíficos. Em caso de não-cumprimento, a OPAQ pode recomendar medidas punitivas coletivas e, em casos mais graves, pode levar a questão perante o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral das Nações Unidas. Os Estados partes devem adotar medidas a fim de lidar com questões relacionadas ao cumprimento da CWC por eles. Se não o fizerem, a OPAQ pode restringir ou suspender os direitos e privilégios deles relacionados à CWC, como os direitos de votação e os comerciais (COLLINA, 2013).

Após a discussão e a negociação no âmbito das Nações Unidas iniciadas em 1969, a Convenção para a Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e sua Destruição (BWC na sigla em inglês) foi aberta para assinatura em 1972 e entrou em vigor em 1975. A BWC – que está em vigor por prazo indeterminado e é aberta a qualquer Estado – proíbe o desenvolvimento, o armazenamento, a aquisição, a retenção e a produção de agentes biológicos e toxinas de tipos e em quantidades que não tenham justificativa para fins profiláticos ou outros fins pacíficos, bem como armas, equipamentos e vetores destinados a utilizar tais agentes e toxinas para fins hostis ou em conflitos armados. Ela também proíbe a transferência ou a assistência na aquisição de agentes, toxinas, equipamentos e vetores e requer que os Estados partes os destruam ou os conduzam para fins pacíficos. A BWC não proíbe o uso de armas biológicas ou toxínicas, mas reafirma o Protocolo de Genebra de 1925, que proíbe tal uso. Ela também não proíbe programas de biodefesa. O regime estabelecido pela BWC exige que os Estados partes consultem uns aos outros e cooperem bilateral ou multilateralmente a fim de resolver problemas relacionados ao cumprimento. Ele permite que os Estados partes encaminhem questões ao Conselho de Segurança das Nações Unidas caso acreditem que outros Estados membros estão violando a Convenção. As regras de votação no Conselho dão aos EUA, à Rússia, ao Reino Unido, à França e à China o poder de veto sobre as decisões, incluindo aquelas relacionadas à realização de investigações ligadas a violações da BWC. Os Estados partes realizam uma conferência de exame a cada cinco anos a fim de analisar e melhorar a implementação da Convenção. De 1995 a 2001, um grupo ad hoc se reuniu para negociar um protocolo juridicamente vinculante a fim de fortalecer a Convenção, que previa que os Estados submeteriam a uma entidade internacional declarações sobre instalações e atividades relevantes à BWC e tal entidade realizaria visitas de rotina a instalações declaradas e inspeções de instalações e atividades suspeitas. Os EUA rejeitaram o projeto do protocolo e negociações adicionais ao alegar que ele não fortaleceria o cumprimento da BWC e feriria os interesses comerciais e de segurança norte-americanos. Após o fracasso da quinta conferência da BWC em 2001 e 2002 na definição de medidas de verificação, a sexta conferência em 2006 produziu uma lista com programas de trabalho a serem conduzidos até a conferência seguinte, em 2011. Temas importantes ficaram de fora por oposição dos EUA e da Rússia, como a reforma das medidas de construção de confiança uma vez que a participação nos mecanismos existentes para tal construção era baixa. Para lidar com o déficit institucional da BWC, os Estados partes concordaram com a criação da Unidade de Apoio à Implementação (ISU, na sigla

em inglês), cujo mandato prevê apoio administrativo à BWC e a facilitação das medidas de construção de confiança entre os Estados partes. O documento final da sétima conferência de exame da BWC, em 2011, aponta que, sob todas as circunstâncias, o uso de armas bacteriológicas e tóxicas é efetivamente proibido pela Convenção e afirma a determinação dos Estados partes de condenar qualquer uso de agentes biológicos e toxinas que não seja para fins pacíficos, por quem quer que seja, em qualquer tempo (KIMBALL & MEIER, 2012).

Além da CWC e da BWC, é importante apontar o papel do Grupo da Austrália, estabelecido em 1985 como um arranjo voluntário e informal de controle de exportações, pelo qual 40 Estados e a Comissão Europeia coordenam seus controles nacionais de exportação a fim de limitar a oferta de agentes químicos e biológicos e equipamentos, tecnologias e conhecimento relacionados a Estados e entidades não-estatais suspeitas de buscar o desenvolvimento de armas químicas ou biológicas. Todos os membros participam da CWC e da BWC e declararam que o grupo é uma forma prática de defender os objetivos primordiais desses acordos. O grupo estabelece listas de controle, e seus membros devem negar pedidos de licenças de exportações para itens nas listas quando há a preocupação de que os itens possam ser usados em programas de armas químicas ou biológicas. A cada ano, os membros se encontram para coordenar as políticas de controle de exportações, discutir possíveis revisões às listas de controle e partilhar inteligência sobre a proliferação global de armas químicas e biológicas. O grupo não tem uma carta ou uma constituição, e cada Estado usa sua própria análise na implementação dos controles nacionais de exportação, confiando nas listas do grupo como uma base, mas em geral criando controles mais rigorosos do que os sugeridos pelo grupo (KIMBALL, 2012).

Estabelecido em 1987, o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR na sigla em inglês) – que é voluntário – tem como objetivo limitar a proliferação de mísseis balísticos e outros vetores não-tripulados que poderiam ser usados para ataques nucleares, químicos e biológicos. O regime aponta que seus membros – que incluem a maioria dos principais produtores de mísseis no mundo – restrinjam suas exportações de mísseis e tecnologias relacionadas capazes de conduzir uma carga de 500 quilos a pelo menos 300 quilômetros ou de lançar qualquer tipo de arma de destruição em massa. Desde a sua instauração, o MTCR conseguiu reduzir o ritmo de desenvolvimento ou interromper muitos programas de mísseis ao dificultar que possíveis compradores pudessem conseguir o que desejavam ou estigmatizar certas atividades e programas. O regime limitou os



esforços da Líbia e da Síria, mas ainda enfrenta problemas. O Irã, a Coreia do Norte e o Paquistão continuam a desenvolver seus programas de mísseis e, não sendo membros do MTCR, estão se tornando vendedores em vez de somente compradores no mercado global de armas. A Coreia do Norte é vista como uma das principais responsáveis pela proliferação de mísseis balísticos na atualidade, e o Irã ofereceu itens na produção de mísseis à Síria. Cada membro do MTCR deve estabelecer políticas nacionais de controle de exportações para mísseis balísticos, mísseis de cruzeiro, veículos aéreos não-tripulados, veículos de lançamento espaciais e outros sistemas, além de componentes e tecnologias que aparecem no anexo do regime acerca de materiais e tecnologias. Os membros podem adicionar ou retirar itens do anexo por meio de decisões consensuais. Potenciais exportações de itens devem ser avaliadas caso a caso, e o regime identifica alguns fatores que devem ser considerados na avaliação de possíveis exportações de itens controlados, como as intenções dos receptores de buscar a aquisição de armas de destruição em massa, os propósitos e as capacidades dos programas espacial e de mísseis dos receptores, a contribuição potencial que a transferência poderia fazer ao desenvolvimento de vetores de armas de destruição em massa pelo receptor, a credibilidade dos propósitos declarados do receptor para a aquisição e possíveis conflitos da transferência com qualquer acordo multilateral. Os membros devem obter uma garantia de que o receptor somente usará o item exportado para o propósito declarado na requisição do acordo. Os membros também devem obter o compromisso do receptor de que ele não transferirá os itens requeridos ou quaisquer réplicas ou derivativos para uma parte terceira sem permissão. Como o regime é voluntário e a decisão de exportar é de responsabilidade única de cada membro, o MTCR não traz penalidades para transferências de itens controlados. Os membros encabeçaram uma iniciativa voluntária em 2002, o Código de Conduta de Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos, que solicita que todos os Estados desenvolvam maiores restrições ao desenvolvimento de seus próprios mísseis balísticos capazes de carregar armas de destruição em massa e reduzir seus arsenais de mísseis se possível. O objetivo da iniciativa é estabelecer uma norma contra mísseis que poderiam estar armados com ogivas nucleares, químicas ou biológicas. Como parte da iniciativa, os Estados participantes devem anualmente trocar informações sobre seus programas de mísseis balísticos e veículos de lançamento espaciais, bem como oferecer alerta antecipado de quaisquer lançamentos de mísseis balísticos ou de veículos de lançamento espaciais (KIMBALL & DAVENPORT, 2012b).

## O Irã

O Irã não é membro do Grupo de Supridores Nucleares, do MTCR e do Grupo da Austrália. O Estado assinou um Protocolo Adicional ao Acordo de Salvaguardas com a AIEA em 2003, mas, em 2006, colocou fim à sua implementação voluntária em resposta à adoção de uma resolução da Junta de Governadores da AIEA levando questões controversas em torno do programa nuclear iraniano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ademais, o Irã foi um dos primeiros Estados a formalmente defender uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio, juntando-se ao Egito na proposição desse objetivo na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974. Na Conferência do Desarmamento em 2012, o Irã expôs que não se opunha a negociações de um FMCT, mas que tal tratado não deveria infringir os direitos de qualquer Estado de usar materiais físséis para fins pacíficos ou propulsão naval. No que diz respeito às armas biológicas, os EUA sustentam que a infraestrutura de biotecnologia do Irã confere a ele a habilidade de produzir pelo menos quantidades pequenas de agentes de armas biológicas para propósitos ofensivos. Ademais, o Irã continua a buscar biotecnologia de uso dual, que poderia apoiar as atividades legítimas de biotecnologia, um programa ofensivo de armas biológicas ou ambos. Entretanto, durante a Conferência de Exame da BWC em 1996, o Irã propôs uma emenda à Convenção a fim de expressamente proibir o uso de armas biológicas. Tendo sofrido ataques com armas químicas durante a guerra Irã-Iraque, funcionários do governo iraniano frequentemente falam sobre os riscos que tais armas colocam. Os EUA aplicaram sanções a empresas por oferecerem produtos químicos de uso dual ao Irã. Um relatório da Inteligência norte-americana aponta que o Irã mantém a capacidade de produzir agentes químicos para o empreendimento de guerras e a habilidade de inserir agentes de armas químicas em sistemas de lançamento (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2013).

As atividades iranianas relacionadas ao seu programa nuclear são aquelas que chamam mais a atenção e que são o foco deste artigo sobre a questão de construção de confiança. No segundo semestre de 2002, a AIEA começou a investigar duas instalações nucleares secretas no Irã e descobriu uma série de atividades nucleares clandestinas, algumas das quais violavam o Acordo de Salvaguardas do Irã com a agência. Após tais revelações, a França, a Alemanha e o Reino Unido lançaram negociações com o Irã a fim de endereçar as preocupações internacionais sobre as intenções e o escopo de seu programa nuclear. Após o colapso dessas negociações em 2005, a AIEA declarou que o Irã

descumprira suas obrigações relacionadas às salvaguardas e levou a questão ao Conselho de Segurança da ONU. Em 2006, a China, a Rússia e os EUA juntaram-se aos três Estados europeus em esforços diplomáticos para lidar com o programa nuclear iraniano num grupo conhecido como P5+1 – formado pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Alemanha (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2013). O P5+1 descreveu as negociações com o Irã relacionadas ao programa nuclear de tal Estado como uma vertente de uma estratégia dupla. A segunda vertente consiste de resoluções do Conselho de Segurança que impõem sanções ao Irã e exigem que ele suspenda todas as suas atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio e ao reprocessamento, bem como a construção de um reator a água pesada. O Ocidente teme que o Irã possa enriquecer urânio a altos níveis necessários ao uso em armas nucleares<sup>4</sup> ou reprocessar o combustível nuclear usado para adquirir plutônio para armas (DAVENPORT, 2013). Desde 2006, o Conselho de Segurança adotou um número de resoluções que apontavam que o Irã deveria suspender suas atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio e cooperar completamente com as investigações da AIEA. Em resposta à recusa iraniana de cumprir tais exigências, o Conselho de Segurança aprovou uma série de sanções contra entidades e indivíduos iranianos que pudessem estar envolvidos em atividades relacionadas à proliferação (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2013). Até o momento, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou seis resoluções em resposta ao programa nuclear iraniano. Inicialmente, o Conselho exigia que o Irã suspendesse suas atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio e ao reprocessamento com a adoção a resolução 1696 de 2006. As três resoluções seguintes – a 1737 de 2006, a 1747 de 2007 e a 1803 de 2008 – impuseram sanções a pessoas e entidades iranianas suspeitas de envolvimento nos programas nuclear e de mísseis do Irã. A resolução 1835 de 2008 reiterava as exigências da resolução 1696 sem impor sanções adicionais. As sanções foram consideravelmente ampliadas em 2010 com a adoção da resolução 1929 (DAVENPORT, 2013). As iniciativas mais recentes em termos das negociações focaram mais em medidas de construção de confiança de curto prazo em vez de um acordo negociado para a solução da questão nuclear com o objetivo de minimizar o

---

<sup>4</sup> Cabe lembrar que autores neorealistas como Kenneth Waltz (1979) argumentam que Estados armados com armas nucleares podem ter incentivos mais fortes para evitar a guerra que Estados armados convencionalmente. Para o autor, as grandes potências são fortes não só porque têm armas nucleares, mas porque seus recursos imensos lhes permitem gerar e manter poder de todos os tipos aos níveis estratégico e tático. As barreiras para entrar no clube dos Estados nuclearmente armados nunca foram tão altas e numerosas, segundo Waltz (1979).

déficit de confiança entre as partes antes de entrarem em negociações mais difíceis de longo prazo. Porém, como se verá a seguir, as principais iniciativas negociadas pelas grandes potências com o Irã quanto ao seu controverso programa nuclear ofereceram pouca possibilidade de maior controle sobre resultados pelo Irã, de forma que os direitos soberanos e inalienáveis de tal Estado com relação aos usos pacíficos da energia nuclear e ao enriquecimento de urânio foram relegados em segundo plano. Ademais, insistiram predominantemente em sistemas de supervisão mais custosos e impuseram primordialmente orientações excessivamente específicas sobre o comportamento a ser adotado pelo Irã. Ao se aplicar a perspectiva de Hoffman (2002), vê-se que tais iniciativas acabaram dificultando o processo de construção de confiança entre as grandes potências e o Irã.

O Irã continua a ampliar seu programa de enriquecimento de urânio e não revelou completamente a extensão de suas atividades nucleares, além de se recusar a oferecer à AIEA informações sobre instalações e acesso a instalações nucleares e pessoas envolvidas em seu programa e a discutir as principais preocupações relacionadas à potencial dimensão militar de seu programa nuclear. A Inteligência norte-americana acredita que o Irã tenha interrompido seu programa de armas nucleares em 2003 e expressou confiança moderada de que o programa não tivesse sido reiniciado. Órgãos de inteligência de Estados ocidentais destacaram que o Irã retomara a pesquisa relacionada ao armamento, mas ainda não teria reiniciado todas as atividades interrompidas em 2003 (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2013). Em 2003, o Irã apresentou uma proposta aos EUA que apontava para negociações sobre um conjunto de questões contenciosas entre os dois Estados, abarcando temas como o fim de todas as sanções norte-americanas ao Irã, cooperação para a estabilização do Iraque, a total transparência sobre o programa nuclear iraniano, a cooperação contra organizações terroristas e o acesso completo do Irã à tecnologia nuclear pacífica, bem como à tecnologia química e à biotecnologia. Entretanto, a administração Bush dispensou a proposta em favor de pressões adicionais sobre o Irã. No curso das negociações com a França, o Reino Unido e a Alemanha em 2005, o Irã apresentou novas propostas que cobriam não só o programa nuclear iraniano, como também o apoio do Irã no combate a organizações terroristas, questões de segurança regional e a cooperação econômica. Ao explorar em mais detalhes as garantias objetivas que pretendia oferecer, o Irã inclusive sinalizou a adoção do Protocolo Adicional, a realização de inspeções contínuas em instalações importantes, a limitação da expansão de seu programa de

enriquecimento e uma declaração política de não-reprocessamento em troca de acesso garantido à tecnologia nuclear avançada, contratos para a construção de usinas nucleares no Irã pela União Europeia e normalização do status do Irã sob os controles de exportação do G8. Posteriormente, o Irã ainda focou em medidas de construção de confiança no curto prazo, como a suspensão do enriquecimento por seis meses e o estabelecimento de forças-tarefa conjuntas sobre contraterrorismo e controles de exportação. Os Estados europeus apresentaram sua própria proposta para um acordo de longo prazo, que estipulava arranjos para a garantia da oferta de urânio de baixo enriquecimento para quaisquer reatores a água leve construídos no Irã, o armazenamento de combustível nuclear em um Estado terceiro, o compromisso do Irã de não buscar tecnologias do ciclo de combustível, um compromisso vinculante do Irã de não denunciar o TNP e a adoção do Protocolo Adicional. O Irã rejeitou a proposta, alegando que ela não reconhecia o direito do Irã ao enriquecimento (DAVENPORT, 2013).

Em 2006, a China, a Rússia e os EUA se juntaram aos Estados europeus a fim de oferecer uma nova proposta para negociações abrangentes com o Irã que espelhava algumas ofertas anteriores e incluía outros pontos. A proposta estipulava a suspensão das atividades de enriquecimento e reprocessamento pelo Irã, o estabelecimento de um mecanismo para examinar essa moratória, a retomada do Protocolo Adicional pelo Estado e a oferta de reatores a água leve por meio de projetos conjuntos, além de garantias de combustível nuclear e da suspensão da discussão sobre o programa nuclear iraniano no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Irã novamente rejeitou a proposta em face da exigência de que suspendesse suas atividades relacionadas ao enriquecimento, embora identificasse na proposta fundações úteis para uma cooperação abrangente e de longo prazo. Em 2008, o P5+1 concordou em redefinir a proposta de 2006 a fim de especificar alguns dos benefícios que ofereceriam ao Irã como partes de um acordo de longo prazo sobre seu programa nuclear, mas o acordo coincidiu com a adoção da terceira resolução das Nações Unidas com sanções ao Irã. Pouco tempo depois, representantes do P5+1 e do Irã encontraram-se em Genebra, e suas propostas clamavam por cooperação político-econômica e de segurança, mas a proposta iraniana não apontava as medidas que o Irã tomaria em relação a seu programa nuclear. As discussões em Genebra foram inconclusivas. Após a eleição de Barack Obama – que buscou abandonar a política anterior dos EUA de pressionar o Irã para que cumprisse as exigências de suspensão de suas atividades relacionadas ao ciclo de combustível nuclear antes das negociações –, o P5+1

buscou renovar as negociações com o Irã, que não respondeu ao convite até divulgar uma proposta revisada que repetia pontos de propostas anteriores e não incluía uma seção sobre a questão nuclear (DAVENPORT, 2013).

Em 2009, a Rússia, a França e os EUA negociaram um acordo com o Irã para a transferência de uma porção de seu urânio de baixo enriquecimento para fora do Estado em troca de combustível para um reator que produz isótopos médicos. O Irã exportaria 1.200 quilos de urânio de baixo enriquecimento de uma única vez antes do fim de 2009, enquanto a Rússia enriqueceria o urânio de baixo enriquecimento do Irã a 19,75%, um processo que produziria cerca de 120 quilos de urânio enriquecido a 19,75% para o combustível do reator. A França manufaturaria o combustível para entrega em cerca de um ano após a conclusão do acordo. Os EUA, por sua vez, trabalhariam com a AIEA a fim de fortalecer a segurança física e o controle do reator. O acordo fracassou quando o Irã tentou emendar os termos da transferência do urânio de baixo enriquecimento. Em 2010, o Irã enriqueceu parte de seu urânio a 19,75%, o nível requerido para o combustível do reator de pesquisas médicas. Um esforço foi conduzido pelo Brasil e pela Turquia para mediar um arranjo semelhante em maio de 2010. Na Declaração de Teerã, os líderes do Brasil, da Turquia e do Irã ressaltavam o direito de todas as partes de desenvolver pesquisa, produção e uso da energia nuclear para fins pacíficos, bem como o ciclo de combustível nuclear – inclusive as atividades de enriquecimento. O Irã transferiria, dentro de um mês, 1.200 quilos de urânio de baixo enriquecimento que seria armazenado na Turquia. Se aprovassem a Declaração de Teerã, a AIEA, a França, a Rússia e os EUA – o Grupo de Viena – concordariam em oferecer 120 quilos de combustível nuclear – com urânio enriquecido a 19,75% – ao Irã dentro de um ano. Se os termos do acordo não fossem respeitados pelo Grupo de Viena, a Turquia transferiria o urânio de baixo enriquecimento de volta para o Irã, que mantinha legalmente a posse de tal material. O esforço foi encarado com ceticismo por EUA, Rússia e França, que expressaram que a declaração não lidava com a produção de urânio enriquecido a 19,75% pelo Irã e o acúmulo de uma maior quantidade de urânio de baixo enriquecimento por parte desse Estado. Porém, a flexibilidade do acordo mediado por Brasil e Turquia apontaria, de acordo com a perspectiva de Hoffman (2002) adotada neste artigo, para uma maior construção de confiança: oferecia ao Irã um resultado final mais compatível com as propostas de tal Estado e preservava seus direitos soberanos e inaliáveis perante o TNP com relação aos usos pacíficos da energia nuclear – inclusive ao enriquecimento de urânio. Os termos mais imprecisos da Declaração de Teerã apontavam

para sistemas de supervisão menos custosos depois das descobertas da AIEA e não inseriam declarações tão específicas acerca da produção de urânio enriquecido a 19,75% e da quantidade maior de urânio de baixo enriquecimento. O alto nível de suspeição e o receio das grandes potências quanto à trapaça pelo Irã levaram ao fracasso da Declaração de Teerã, mas ao menos à busca de novos instrumentos que incorporassem um pouco mais de flexibilidade que as anteriores a fim de permitir uma maior construção de confiança na relação das grandes potências com o Irã.

Em 2011, a Rússia propôs um mapa para a implementação do pacote proposto pelo P5+1 (DAVENPORT, 2013). O P5+1 continuou seus esforços diplomáticos, encontrando-se com o Irã em quatro ocasiões em 2012 em negociações que não produziram acordos significativos. Tanto o P5+1 como o Irã decidiram adotar um processo passo a passo com ações recíprocas a fim de criar as bases para uma solução de longo prazo. Em 2013, o P5+1 deixou aberta a possibilidade de que o Irã retomasse as atividades em Fordow, permitia ao Irã manter parte de suas reservas ou urânio enriquecido a 19,75% e oferecia algum alívio na aplicação das sanções. Entretanto, as negociações foram suspensas em face das eleições iranianas. O novo presidente iraniano Hassan Rouhani garantiu que o Irã manteria seu programa nuclear, mas que desejava trazer mais transparência. As negociações continuariam em outubro de 2013 (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2013). Em novembro de 2013, o P5+1 e o Irã chegaram a um acordo que funcionava como etapa inicial num processo para restaurar a confiança entre as partes até um acordo definitivo. As partes concordaram em testar, nos seis meses seguintes, um esforço para conciliar a ambição iraniana de prosseguir um programa nuclear destinado a fins pacíficos com garantias exigidas pelas potências para impedir o Irã de desenvolver um arsenal nuclear. O Irã se comprometeu a suspender planos de lançar novas centrífugas e a limitar o grau de enriquecimento de urânio ao teto de 5%, nível que permite gerar energia. O estoque de urânio enriquecido a 20% nas mãos do Irã, que poderia ser usado na eventual busca por um arsenal, seria gradativamente eliminado. O Irã congelou a construção de um reator à água pesada que poderia fabricar plutônio e concordou em ampliar a lista de instalações sujeitas a inspeções da ONU e aderir, em um possível acordo final, a um monitoramento mais intrusivo. Em troca, as potências deverão aliviar gradualmente uma série de sanções. Na primeira fase do acordo, deverão permitir que Teerã mantenha seu nível atual de venda de petróleo, já reduzido pela metade desde 2012. O Irã também poderá receber cerca de US\$ 6 bilhões congelados em bancos no exterior, retomar transações

envolvendo pagamento em ouro e voltar aos circuitos de abastecimento para sua indústria automobilística. Entretanto, as partes não conseguiram superar um dos principais pontos de atrito: o reconhecimento formal do direito iraniano aos usos pacíficos da energia nuclear, em especial o enriquecimento de urânio. Além disso, o Congresso dos EUA deixou claro que não pretende frear a atual tramitação de novas punições.

Aplicando-se a perspectiva de Hoffman (2002), é possível notar que se buscou um maior equilíbrio em tal proposta com relação a um monitoramento mais centralizado, ativo e direto e meios de intervenção menos ativos e diretos, que requerem o relato sobre as consequências de comportamentos indesejáveis. Ademais, regras constitutivas que especificam os procedimentos e os direitos básicos são delineadas em conjunção com algumas regras mais específicas que regulam o comportamento do Irã sob circunstâncias precisas e também estipulam quando comportamentos particulares deveriam ser adotados ou evitados. Embora se observe a tentativa de inclusão de maior flexibilidade conducente à maior confiança na relação entre o Irã e as grandes potências nesses aspectos, a menor habilidade de se garantir um resultado que preserve o direito soberano e inalienável do Irã aos usos pacíficos da energia nuclear pode dificultar a construção de confiança entre tal Estado e as grandes potências.

### **A Coreia do Norte**

A comunidade de Inteligência dos EUA julga que a Coreia do Norte tem uma infraestrutura de biotecnologia que oferece apoio à sua capacidade de armas biológicas e tem capacidade de produção de munições que poderiam ser usadas para converter agentes biológicos em armas. Ademais, a Coreia do Norte possui um amplo arsenal de armas químicas, incluindo os gases mostarda, fosgênio e sarin. De acordo com estimativas militares dos EUA, a Coreia do Norte pode desdobrar mísseis com ogivas químicas. Atualmente, o Estado vem ampliando seu arsenal de mísseis balísticos e trabalhando para o desenvolvimento de mísseis balísticos intercontinentais. Inicialmente, a Coreia do Norte dependia da assistência da URSS e da China para desenvolver seu arsenal, mas hoje é um importante exportador de sistemas e tecnologia de mísseis balísticos. Entretanto, especialistas acreditam que as sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas dificultam o desenvolvimento dos programas de mísseis da Coreia do Norte. Grande parte dos debates gira em torno do programa nuclear norte-coreano – sendo este o



foco primordial desta seção do artigo –, em especial depois que a AIEA descobriu, em 1992, que a Coreia do Norte havia desviado plutônio de seu programa civil para o desenvolvimento de armas. A crise desembocou na assinatura de um acordo entre os EUA e a Coreia do Norte em 1994 no qual a Coreia do Norte se comprometia a congelar seu programa de armas baseadas em plutônio em Yongbyon em troca de dois reatores à água leve e outras formas de assistência na área de energia. O acordo fracassou depois que os EUA acusaram a Coreia do Norte de desrespeitar o arranjo entre os dois Estados. A inteligência dos EUA suspeitava que a Coreia do Norte estaria buscando um programa de enriquecimento de urânio como um caminho alternativo para desenvolver armas nucleares, assim violando o espírito do acordo e o acordo para a desnuclearização da Península Coreana. A Coreia do Norte negou que buscava um programa de enriquecimento de urânio. A oferta de energia à Coreia do Norte, prevista na estrutura do acordo, foi interrompida em 2002, e, pouco depois, a construção de dois reatores a água leve foi suspensa. Também em 2002 a Coreia do Norte ordenou que os inspetores da AIEA deixassem o Estado e, no ano seguinte, anunciou sua denúncia ao TNP. Em resposta, a AIEA levou a questão para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (HOFFMAN, 2013).

Em 2003, a Rússia, a China, o Japão, os EUA e as duas Coreias lançaram um processo diplomático multilateral conhecido como as negociações das seis partes. Ainda que analistas e formuladores de decisão acreditassem que tais negociações conduziram a uma maior construção de confiança entre a Coreia do Norte e as grandes potências, os resultados apontam numa outra direção. Aplicando-se a perspectiva de Hoffman (2002), vê-se o nível reduzido de confiança ao longo do processo em face do mínimo controle da Coreia do Norte sobre os resultados atingidos, a predominância de sistemas intrusivos de supervisão almejados pelas grandes potências em relação ao programa nuclear norte-coreano e a busca de orientações mais específicas sobre o comportamento a ser adotado pela Coreia do Norte, em particular a busca de seu retorno ao TNP e o reconhecimento de suas obrigações perante o tratado. Isso em parte se justifica pelo receio dos EUA, da Rússia e da China de que o desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte pudesse abalar o equilíbrio regional – conduzindo, por exemplo, a respostas da Coreia do Sul e do Japão em termos militares – e justificar uma intervenção de grandes potências na região, o que poderia abalar o relacionamento entre elas e conduzir a conflitos de maiores proporções.

Com o fracasso inicial das propostas geradas nas negociações das seis partes, a Coreia do Norte anunciou em 2005 que tinha desenvolvido ogivas nucleares, e, apesar de sucessos localizados das negociações das seis partes em 2005, a Coreia do Norte realizou seu primeiro teste nuclear em 2006. O Conselho de Segurança respondeu ao adotar a Resolução 1718, que previa uma série de sanções multilaterais e exigia o retorno da Coreia do Norte ao TNP. Em 2009, o lançamento fracassado de um satélite pela Coreia do Norte foi condenado pelo Conselho de Segurança, que exigiu que tal Estado não conduzisse quaisquer lançamentos usando a tecnologia de mísseis balísticos. A Coreia do Norte respondeu a essa condenação se retirando das negociações das seis partes e declarando sua intenção de reiniciar a produção de plutônio. Também em 2009 o Estado conduziu seu segundo teste nuclear, e o Conselho de Segurança respondeu com a Resolução 1874, que intensificou as sanções. Essa resolução solicitava que os Estados membros das Nações Unidas inspecionassem e apreendessem carregamentos norte-coreanos suspeitos de violarem as sanções. Depois do fracasso de um teste de mísseis em 2012 – que foi condenado pelo Conselho de Segurança como uma violação das Resoluções 1718 e 1874 –, o governo norte-coreano emendou sua constituição para formalmente reconhecer o Estado como um “Estado nuclearmente armado”. Entretanto, a Coreia do Norte afirmou que desejava retomar as negociações das seis partes. Após mais sanções aprovadas em 2013 em resposta a um lançamento de satélites pela Coreia do Norte, o Estado realizou mais um teste nuclear. O Conselho de Segurança aprovou unanimemente a Resolução 2094 em resposta ao teste. Tal resolução fortalecia as sanções existentes ao ampliar a lista de itens cujas importação e exportação são proibidas, reforçar as medidas que os Estados podem tomar para interditar carregamentos suspeitos de conter tais materiais quando passarem por seus territórios e restringir transferências de dinheiro e outras atividades financeiras (HOFFMAN, 2013).

A aprovação de sanções cada vez mais rigorosas e específicas por conta dos testes nucleares norte-coreanos e as pressões excessivas para que ela volte a cumprir os compromissos relacionados à não-proliferação nuclear de forma precisa dificultam o processo de construção de confiança, de acordo com a perspectiva de Hoffman (2002) utilizada nesse artigo. As medidas adotadas nas negociações apresentadas nesta seção não ofereceram à Coreia do Norte considerável escolha sobre resultados antes controlados pelas grandes potências de forma abrangente nem demonstraram que as lideranças de tais grandes potências acreditavam que as contrapartes norte-coreanas eram confiáveis.

Ademais, ainda que se tenha cogitado a possibilidade de uma supervisão menos centralizada durante as negociações das seis partes e se tenham buscado sanções a fim de evitar comportamentos indesejáveis pela Coreia do Norte, as grandes potências também buscavam mecanismos mais centralizados, ativos e diretos de supervisão que poderiam permitir o exame das atividades do ator pelo monitoramento com o objetivo de dificultar o desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte, uma vez que impedir completamente tal desenvolvimento ou conduzir ao desarmamento nuclear norte-coreano pareciam ações improváveis. Ademais, havia uma clara preferência das grandes potências por regras reguladoras que criassem orientações específicas sobre o comportamento norte-coreano, determinando quando comportamentos particulares deveriam ser adotados ou evitados. Assim, com a menor flexibilidade das medidas, vê-se que a confiança entre a Coreia do Norte e as grandes potências ainda é reduzida.

### **A Síria**

A Síria assinou a BWC em 1972, mas não ratificou a Convenção. Em 2012, autoridades do Estado confirmaram que a Síria tinha materiais biológicos para o uso em guerras, e os EUA acreditavam que a infraestrutura biotécnica síria poderia oferecer apoio ao desenvolvimento de armas biológicas. Além disso, a capacidade doméstica síria para a produção de mísseis balísticos foi melhorada, embora tal Estado dependa de supridores externos de tecnologia, como o Irã e a Coreia do Norte. Com o aumento da capacidade de produção doméstica de mísseis balísticos com uma menor assistência externa e a suspeita de ligações do governo sírio com organizações terroristas, os EUA expressaram a preocupação de que a Síria representava um risco em razão da proliferação de mísseis balísticos e da tecnologia relacionada. No que diz respeito às armas químicas, até setembro de 2013, a Síria não tinha nem assinado nem ratificado a CWC. Em face da pressão internacional crescente após o uso de armas químicas contra forças de oposição em várias ocasiões em 2013 e a ameaça de ataque norte-americano, o presidente Bashar al Assad autorizou a adesão do Estado à CWC. Em 1968, a Síria ratificou o Protocolo de Genebra de 1925 que proíbe o uso de gases asfixiantes ou venenosos e todos os líquidos, materiais ou artefatos análogos em guerras. Em 2012, o governo sírio reconheceu publicamente a existência de uma reserva de armas químicas pela primeira vez e alegou que a Síria somente usaria tais armas em caso de intervenção estrangeira num conflito armado entre o

governo e as forças de oposição doméstica. Em 2013, o secretário geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon anunciou que as Nações Unidas iniciariam uma investigação acerca das alegações de uso de armas químicas na Síria, solicitando a cooperação total de todas as partes envolvidas. Senadores norte-americanos disseram que o agente neurotóxico sarin poderia ter sido usado em pequena escala na Síria. Pouco depois, a Casa Branca afirmou que tinha fortes indícios de que o regime sírio tinha usado armas químicas contra as forças de oposição em inúmeras ocasiões. Relatórios indicavam que, em agosto de 2013, um ataque maior utilizando armas químicas ocorreu em uma área de Damasco controlada por opositores do governo de Assad, sendo que muitas vítimas eram não-combatentes. As Forças Armadas da Síria negaram as alegações, mas os EUA, o Reino Unido, a França e outros governos declararam que o regime de Assad era provavelmente o responsável pelo ataque. Ban Ki-Moon indicou que o uso de armas químicas, sob qualquer circunstância, era uma violação do direito internacional e que tal “crime contra a humanidade” deveria resultar em consequências sérias. Os EUA analisaram as evidências sobre o ataque e um conjunto de possíveis opções de resposta (DAVENPORT & WEISS, 2013).

Quando inspetores da ONU iniciariam suas investigações acerca de ataques envolvendo armas químicas na Síria, eles não foram capazes de chegar a algumas das principais áreas afetadas devido a preocupações de segurança citadas pelas Forças Armadas sírias. A comunidade de Inteligência norte-americana disse estar altamente confiante de que o governo sírio usou as armas químicas contra a oposição em Damasco. O presidente Barack Obama declarou que buscaria autorização do Congresso para a realização de um ataque militar limitado à Síria a fim de dissuadir mais usos de armas químicas e preservar as normas internacionais. Citando sua discordância em relação a ataques militares, o governo russo anunciou uma proposta pela qual a Síria concordaria em colocar suas armas químicas sob controle internacional, desmantelá-las e aderir à CWC e os EUA concordariam em não conduzir um ataque militar à Síria. A Síria recebeu positivamente o plano russo, que também pareceu angariar apoio no Ocidente. Obama discutiu com as lideranças francesa e britânica como implementar o plano por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, enquanto a França começou a rascunhar uma resolução baseada na proposta russa, mas com estipulações de que a força fosse autorizada se o regime de Assad não implementasse a resolução. Obama inclusive pediu ao Congresso que adiasse a votação sobre a autorização para o uso da força, enquanto a via diplomática proposta pelos russos era apresentada ao Conselho de Segurança, mas se reiterando o

compromisso de buscar ação militar se um acordo não fosse alcançado. Finalmente, em setembro de 2013, o regime de Assad enviou uma carta ao secretário geral das Nações Unidas sinalizando que o líder sírio autorizara a adesão da Síria à CWC. Assad apontou que a Síria observaria suas obrigações perante a CWC imediatamente e não somente após 30 dias a partir da data de adesão, conforme estipulado na Convenção. Pouco depois, o secretário de Estado dos EUA John Kerry e o ministro de Relações Exteriores da Rússia Sergey Lavrov alcançaram um acordo com um plano detalhado para a contabilidade, inspeção, controle e eliminação das armas químicas da Síria. O plano requeria que a Síria oferecesse uma declaração completa de suas reservas e desse à OPAQ e à ONU acesso a todas as locações relacionadas a armas químicas. A destruição das armas e dos agentes químicos estava prevista para o primeiro semestre de 2014. O acordo estipula que, no caso de não-cumprimento – inclusive transferência não-autorizada – ou qualquer uso de armas químicas por quem quer que fosse na Síria, o Conselho de Segurança da ONU deveria impor medidas sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Em outubro de 2013, a OPAQ confirmou que a Síria destruiu ou tornou inoperantes suas instalações declaradas para a produção de armas químicas (DAVENPORT & WEISS, 2013).

Se aplicarmos a perspectiva de Hoffman (2002), é possível dizer que o caso da Síria é um exemplo de um processo de mudança em curso no que diz respeito aos níveis de confiança de uma relação, mais especificamente entre o governo sírio e grandes potências como os EUA e a Rússia. Num primeiro momento, pouco controle foi oferecido a Síria sobre resultados finais, sinalizando a confiança reduzida na relação, inclusive com a cogitação de uma intervenção militar por parte dos EUA a fim de fazer com que a Síria implementasse as decisões de acordo com os compromissos de não-proliferação. Os principais motivos da ação norte-americana estavam relacionados à redução da instabilidade interna na Síria diante do risco de seu transbordamento para o entorno regional. Ademais, a pressão internacional para que a Síria aderisse à CWC sinalizava a confiança limitada na relação com tal Estado, uma vez que a natureza mais proativa da supervisão trazida pela Convenção carrega um maior potencial de limitar a escolha dos atores. A Convenção também contém cláusulas específicas que requerem que os Estados partes destruam todas as armas químicas e as instalações voltadas para a produção de tais armas sob sua jurisdição ou controle e é implementada por uma organização internacional – a OPAQ –, que realiza inspeções e monitora as instalações e as atividades dos Estados partes a fim de garantir seu cumprimento. Uma vez que a Síria aderiu à CWC e vem

cumprindo suas obrigações perante a Convenção, abre-se o espaço para novas decisões e ações que ofereçam ao Estado maior controle e oportunidade de voz sobre as questões relacionadas às armas químicas. Ainda que se possa dizer que a Síria é um Estado em guerra civil que adota a CWC para evitar uma possível invasão norte-americana, o gradativo desenvolvimento de mecanismos de supervisão menos intrusivos e o desenvolvimento de regras mais flexíveis e menos intrusivas no futuro podem permitir ampliar a confiança no relacionamento sírio com as grandes potências e reforçar a estabilidade no longo prazo.

### **Considerações finais**

Sustentei neste artigo que a confiança construída entre grandes potências e Estados acusados de não seguirem ou violarem compromissos incorporados em regimes relacionados a armas de destruição em massa ou que os abandonam é menor quando não se oferece aos atores acusados de violar regras estabelecidas a habilidade de formular e implementar decisões sobre resultados antes controlados por outros; não se busca criar sistemas de supervisão depois do fato e se definem modos de interação menos flexíveis que criem orientações excessivamente específicas sobre o comportamento a ser adotado.

A análise do caso iraniano permite observar que, ainda que criem sistemas de supervisão menos intrusivos e orientações mais flexíveis para o comportamento, a não-garantia de direitos soberanos e inalienáveis a Estados que participam de regimes, mas são acusados de violá-los pode criar obstáculos ou mesmo comprometer a construção de confiança na relação deles com as grandes potências. Já o caso da Coreia do Norte aponta que a manutenção do controle reduzido sobre resultados pelos Estados que deixaram o regime, a insistência em mecanismos mais intrusivos de supervisão e a defesa de orientações muito precisas por parte das grandes potências levam à permanência da falta de confiança entre tais atores, preservando-se, assim, a instabilidade na relação. Finalmente, o caso da Síria sinaliza a possibilidade de transformações conducentes à maior confiança no relacionamento uma vez que o Estado adere ao regime: gradativamente, o controle de tal Estado sobre resultados finais pode ser garantido, e mecanismos de supervisão e orientações mais flexíveis de seu comportamento podem ser desenvolvidos.

**Referências bibliográficas:**

ARMS CONTROL ASSOCIATION. Arms Control and Proliferation profile: Iran. **Arms Control Association**, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/iranprofile>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BOOTH, Ken; WHEELER, Nicholas J. **The Security Dilemma: Fear, Cooperation and Trust in World Politics**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

COLLINA, Tom Z. The Chemical Weapons Convention (CWC) at a Glance. **Arms Control Association**, set. 2013. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/cwcglance>>. Acesso em: 31 out. 2013.

DAVENPORT, Kelsey. History of Official Proposals on the Iranian Nuclear Issue. **Arms Control Association**, nov. 2013. Disponível em: <[http://www.armscontrol.org/factsheets/Iran\\_Nuclear\\_Proposals](http://www.armscontrol.org/factsheets/Iran_Nuclear_Proposals)>. Acesso em: 14 nov. 2013.

DAVENPORT, Kelsey; WEISS, Lauren. Arms Control and Proliferation Profile: Syria. **Arms Control Association**, out. 2013. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/syriaprofile>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

HOFFMAN, Aaron M. A Conceptualization of Trust in International Relations. **European Journal of International Relations**, v.8, n.3, p. 375-401, 2002.

HOFFMAN, Wyatt. Arms Control and Proliferation Profile: North Korea. **Arms Control Association**, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/northkoreaprofile>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

KIMBALL, Daryl. The Nuclear Nonproliferation Treaty (NPT) at a glance. **Arms Control Association**, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/nptfact>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

KIMBALL, Daryl. The Australia Group at a Glance. **Arms Control Association**, out. 2012. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/australiagroup>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

KIMBALL, Daryl; COLLINA, Tom. Comprehensive Test Ban Treaty at a Glance. **Arms Control Association**, set. 2012. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/test-ban-treaty-at-a-glance>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

KIMBALL, Daryl; COLLINA, Tom. Fissile Material Cut-off Treaty (FMCT) at a Glance. **Arms Control Association**, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/fmct>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

KIMBALL, Daryl; DAVENPORT, Kelsey. The Nuclear Suppliers Group (NSG) at a Glance. **Arms Control Association**, out. 2012a. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/NSG>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

KIMBALL, Daryl; DAVENPORT, Kelsey. The Missile Technology Control Regime at a Glance. **Arms Control Association**, dez. 2012b. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/mtrc>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

KIMBALL, Daryl; DAVENPORT, Kelsey. The 1997 IAEA Additional Protocol At a Glance. **Arms Control Association**, out. 2013. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/IAEAProtocol>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

KIMBALL, Daryl; MEIER, Oliver. The Biological Weapons Convention (BWC) At A Glance. **Arms Control Association**, set. 2012. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/bwc>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

KRASNER, Stephen D. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables. **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 185-205, primavera 1982.

MCCUBBINS, Mathew D.; SCHWARTZ, Thomas. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols Versus Fire Alarms'. **American Journal of Political Science**, v.28, n.1, p.165-179, 1984.

MESSICK, David M.; KRAMER, Roderick M. Trust as a Form of Shallow Morality. In: COOK, Karen S. (Ed.) **Trust in Society**. Nova York: Russell Sage Foundation, 2001, p. 89-118.

RUZICKA, Jan; WHEELER, Nicholas J. The puzzle of trusting relationships in the Nuclear Non-Proliferation Treaty. **International Affairs**, v.86, n.1, p.69-85, 2010.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

Recebido em: Janeiro 2014;

Aprovado em: Abril 2014.